

A televisão é capaz de informar?

Is television capable of informing?

PATRICK CHARAUDEAU *

Université de Paris XIII, Centre National de la Recherche Scientifique, Laboratoire Communication et Politique [Centro Nacional de Pesquisa Científica, Laboratório de Comunicação e Política] (CNRS-LCP). Paris, França

RESUMO

Neste artigo, o autor aborda a questão da televisão enquanto mídia de informação. Ele nota que a televisão é um instrumento da democracia, o qual serve às “massas” (público ainda mais extenso do que o leitorado da imprensa), mas que, ao mesmo tempo, não é possível manipular as massas com tanta facilidade. Considera-se que os telespectadores são uma das partes interessadas no processo de espetacularização do mundo proposto pela televisão. Afirma-se que a imagem da televisão cumpre um papel particular, ainda que seja possível sustentar que não há significação sem linguagem verbal. A televisão é uma dessas situações que colocam o telespectador, caleidoscópio de opiniões, numa dupla posição de “espectador do mundo” e de “espectador da televisão”. **Palavras-chave:** Televisão, informação televisiva, encenação visual, imagem, público

ABSTRACT

This article approaches the television matter as information media. It shows that television is a vehicle of democracy, which serves the “masses” (a more wide-ranging type of audience than traditional press readers), but, at the same time, is not capable of manipulating them with ease. It is considered that television audience is an interested part in the process of its proposed spectacularization of world seen on TV. Television assumes a particular role, even though it is possible to affirm that there is no meaning without verbal language. Television puts its viewer, a “kaleidoscope of opinions”, in a dual position: as a “world spectator” and as a “television spectator”.

Keywords: Television, TV news, visual staging, image, public

* Professor emérito da Universidade de Paris XIII e pesquisador do CNRS-LCP. Já publicou diversos artigos em revistas científicas e livros. E-mail: patrick.charaudeau@free.fr
Artigo traduzido por Bruna de Carvalho.

D

A televisão é capaz de informar?

A TELEVISÃO É CAPAZ de informar? Eis aqui uma questão que ocupa o centro de diversas conversas, discussões ou análises. Com frequência, aliás, ela se vê respondida de antemão, e as proposições seguintes só reiteram a reprimenda a essa máquina de fabricar falsa informação. Em certa ocasião, a televisão é condenada por seu sensacionalismo (mas se ela não o satisfizer, será criticada em razão do tédio e da falsa neutralidade); numa outra, é repreendida por deformar as opiniões de tal ou tal declaração política, por colocar no título uma frase fora de contexto (mas se ela não o fizer, a entrevista correrá o risco de passar despercebida); em outra ocasião ainda, critica-se a corrida pelo furo que a fez se consagrar a quase totalidade de um jornal televisivo a um evento suscetível de impressionar o telespectador: epidemia, epizootia e outras catástrofes mais ou menos naturais (mas se passar demasiadamente rápido por esses temas, trocar-se-á de canal para deleitar-se novamente com o mesmo assunto em outra emissora); por fim, ela é acusada de sustentar rumores, como, recentemente, aquele referente ao departamento de Somme, que denuncia Paris como causa das inundações das quais é vítima (mas como não relatar os rumores, esse fundo de comércio das mídias). Inclui-se aqui as análises dos intelectuais que, desde a devastação da informação televisiva orquestrada por P. Bourdieu, argumentam para demonstrar os efeitos nefastos da mídia televisual. Sem contar as mídias em si, aquelas que contam com outros suportes (imprensa e rádio), as quais, além de dar a palavra àqueles que desprezam a televisão, permitem-se, vez ou outra, escrever um artigo, comentário ou mesmo apresentar um dossiê sobre a questão: álibi? Autocrítica? Ou simples crítica para se delimitar em relação aos outros? Ainda não se vê qualquer um que arrisque, sob a luz dos holofotes, defender essa senhora indigna, pois, se o fizesse, seria tratado como fiel escudeiro do capitalismo midiático, ou até mesmo da globalização “telecrática”. Estaríamos lidando com um outro tipo de pensamento único?

No entanto, gostaríamos de sustentar aqui um ponto de vista diferente, ainda que, por vezes, ele se vincule a outros já mencionados. Pode-se pensar, de fato, que não se ajuda no avanço da democracia midiática se o gesto se resumir a atribuir à televisão todos os males do mundo moderno, já que ela seria uma máquina de desinformar e, portanto, de manipular a opinião pública. Na realidade, esse julgamento integra um esquema de pensamento muito antigo sobre o que é a transmissão do saber: existiria, de um lado, um emissor, fonte do saber (pessoa, instituição), que utilizaria um certo canal de transmissão, e, de outro, um receptor, que só acusaria a recepção da informação e a registraria sem impedimentos, como se ela fosse transparente. Ao mesmo tempo, o sucesso de tal procedimento residiria unicamente na confiança na fonte (dever

de sinceridade para a pessoa que informa, dever de verificação para a instituição que se situa em sua origem). A essa concepção do mecanismo unívoco da informação, adiciona-se um julgamento moral que lhe confere sua razão de ser social: se informar é fornecer ao indivíduo um saber que ele ignora, saber a partir do qual ele formará uma opinião, então informar, para o detentor do saber, torna-se uma obrigação, um dever moral. Esse ato será a marca da solidariedade entre os seres humanos que vivem em comunidade.

Na verdade, as coisas não são tão simples, por pelo menos duas razões. Uma dessas razões está vinculada à própria noção de ideologia, ao menos tal qual foi definida pela tradição marxista, como discurso dominante destinado a mascarar a realidade das situações de exploração social. A informação, nesse caso, sobretudo quando é fornecida pelos aparelhos do Estado, seria posta em serviço da defesa dos interesses dos poderosos. Ela teria, assim, uma finalidade de manipulação da opinião do maior número, em benefício do bem-estar material de um pequeno grupo. Essa concepção foi criticada desde então, e poucos pensadores e filósofos modernos a defendem em sua radicalidade. Não impede que possamos conservar a hipótese, parcialmente verificada, que informar é procurar influenciar a opinião do outro. A segunda razão reside na complexidade desse célebre mecanismo de informação. As ciências humanas e sociais nos ensinam diversas coisas: que, em sua fonte, o saber é múltiplo e não se apresenta como um dado simples e natural, mas como algo de composto e construído; que o canal de transmissão não é um simples meio pelo qual transitaria o saber, mas que ele próprio é um lugar de encenação da informação que influencia sua própria significação e o efeito que ela pode produzir naquele que a recebe; enfim, que o receptor não é um ser único, mas constituído por diversos grupos, cuja identidade varia segundo parâmetros de sexo, idade, nível de instrução, meio profissional, interesse pessoal etc. É mais válido, assim, tentar compreender como funciona a televisão de informação, localizar os seus limites e margens de manobra, constatar aquilo que ela pode fazer e aquilo que não pode fazer e, talvez, imaginar também o que ela poderia, e até mesmo o que deveria fazer.

Partiremos de quatro considerações. Primeiro, que a televisão, enquanto mídia de informação, é um instrumento (entre outros) de funcionamento da democracia. Independentemente do que se pense, a televisão comunica fatos e eventos do mundo, circula explicações sobre o que é preciso pensar desses eventos e permite que isso seja debatido. Como tal, a televisão mantém um espaço cidadão de discussão, sem o qual não há democracia razoável, e ela não pode ser taxada, como se dizia em uma certa época, de “ópio do povo”. Em seguida, iremos nos deter sobre essa banalidade que diz que ela se diri-

D

A televisão é capaz de informar?

ge às massas (público ainda mais extenso que o leitorado da imprensa), mas que – e isso é dito menos frequentemente – não se manipula as massas assim. Ninguém é capaz de mensurar o que as massas representam exatamente. Algumas disciplinas das ciências sociais que se dedicam a defini-las afirmam que elas são constituídas por opiniões diversas, múltiplas e fragmentadas, e que só é possível apreendê-las através de instrumentos de análise (pesquisas, sondagens, experimentos) que as produzem, por sua vez, em tantas entidades quantos são os pontos de vista. Em terceiro lugar, consideraremos que nós, telespectadores, somos parte interessada no processo de espetacularização do mundo que nos propõe a televisão. Tantos quanto somos (caso sejamos intelectuais), nós aceitamos ocupar o lugar de um espectador-voyeur dos males do mundo. Em quarto lugar, afirmaremos, sem muita dificuldade, que a imagem da televisão representa um papel particular, mesmo se for possível sustentar que não há significação sem linguagem verbal. Nunca se enunciará suficientemente esse paradoxo da imagem audiovisual que, enquanto pretende ser fiel à realidade, só constrói um aspecto ilusório desta; que, produzindo a emoção, impede que a compreensão se exerça; e que, no entanto, nos oferece uma parte do mundo que não veríamos sem ela. É certo que aquilo que ela nos cede, ela também nos impõe, apresentando unicamente uma parte visível do mundo. Sim, certamente trata-se de uma imposição. Não é, como se diz por vezes, que ela torna o invisível visível; é que ela só torna visível o visível que ela decide manifestar. E isso estabelece um mal-entendido.

É preciso ter a noção de que a televisão informa deformando. Mas é preciso imediatamente especificar, para evitar voltar-se apressadamente contra um jornalista bode expiatório, que essa deformação não é necessariamente voluntária. Salvo alguns “golpes” conscientemente armados (como a entrevista real-falsa de Fidel Castro pelo apresentador Patrick Poivre-d'Arvor, ou a imagem de um cormorão advinda de uma reportagem sobre um derramamento no mar bretão, imiscuída numa reportagem sobre a Guerra do Golfo), os jornalistas e realizadores de televisão são honestos em suas intenções. É preciso considerar o conjunto da maquinaria televisual. Quem diz “maquinaria”, diz conjunto de engrenagens e de atores que a põe em funcionamento, cada um em seu setor, cada um submetido aos limites e regras que fazem o resultado do produto final; um jornal televisivo, por exemplo, ultrapassar a intenção de cada um. O jornalista de base raramente pode ser acusado de deformar a informação, pois ele se vê esmagado por todo o processo que se implementa entre o momento em que ele dá uma notícia e o momento em que o telespectador a recebe, ainda quando se trata de uma transmissão ao vivo. Não é o jornalista que emite tal informação e tal explicação que produzem eventualmente tal efeito emocional;

é o conjunto da maquinaria com suas condições de realização e seus procedimentos de encenação da informação.

Contudo, essa deformação é inevitável. Ela é inevitável em razão de que a informação não depende somente da intenção daquele que a transmite, mas é o resultado de um encontro entre as condições que presidem a sua produção e as que presidem a sua recepção. Ora, se a máquina de informar tem mais ou menos consciência de quais são seus limites e tenta controlá-los o quanto pode, ela não conhece praticamente nada sobre as condições de recepção dos telespectadores. Produz-se uma catástrofe ferroviária: de um lado, a maquinaria procede à sua encenação; de outro, há pessoas que recebem essa notícia observando as imagens. Alguns serão diretamente afetados, se possuem parentes próximos que estavam no trem; para outros, isso trará de volta alguma lembrança dolorosa; para outros ainda, esse evento será colocado em relação com outras catástrofes já vistas na televisão. Há aqueles que não suportarão as imagens dos detalhes da catástrofe, enquanto outros, ao contrário, sentirão um prazer mais ou menos mórbido quando as olharem, e outros permanecerão completamente insensíveis a elas. Lidamos aqui, portanto, com um fenômeno de confrontação de espelhos: a televisão como espelho do mundo, o telespectador como espelho de sua história individual e coletiva. Dessa confrontação surge um jogo complexo de reflexo, refração e difração do sentido que ganha a informação. Essa deformação da informação é, assim, inerente ao processo de comunicação social em que consiste a informação televisiva. Dizê-lo significa desembaraçar-se de uma ilusão e refletir num contexto que aborda a questão sem cinismo ou alienação.

Afirmemos então que a televisão, mais ou menos consciente da dificuldade de atingir um público que desconhece (as pesquisas e outras formas de avaliar a audiência não fornecem evidentemente qualquer registro sério sobre as características desse público), escolhe se instituir como máquina de fabricar impressões, antes que conhecimento. É preciso, é claro, especificar de imediato que não há conhecimento sem impressões, e que as impressões podem conduzir ao conhecimento. Trata-se aqui de um dado sobre o qual a maior parte das ciências humanas e sociais estão de acordo: não há saber em estado puro, não há conhecimento em estado puro; qualquer saber resulta de uma mistura sutil entre sistemas de valores racionais e sistemas de valores emocionais. Assim, não há saber objetivo sobre a morte, não há conhecimento absoluto desse fenômeno. Que se incorpore o ponto de vista da biologia ou da medicina para dizer que a morte é uma interrupção na atividade do coração, do cérebro ou de outros componentes do organismo humano, trata-se sempre de um saber relacionado a um ponto de vista que, no mais, não é o mesmo que o ponto de

D

A televisão é capaz de informar?

vista jurídico, e em todo caso não é o mesmo de tal ou tal pessoa. Para uma delas, numa circunstância particular, a morte estará ligada a um sofrimento psíquico relativo à perda de um ente amado; para outra, militante de uma causa, que aceita que possamos se sacrificar para defender ideias, a morte poderia ser gloriosa; para outra ainda, em guerra contra um inimigo, a morte de alguém de seu campo se voltará contra o culpado, esse inimigo que deverá ser castigado e do qual será legitimamente possível se vingar. Tudo depende dos “sistemas de crença” nos quais cada um de nós está mergulhado e com os quais vivemos. Não se trata de desenvolver aqui essa questão, mas de se servir dela como hipótese para melhor compreender como a televisão a incorpora para contar os eventos do mundo e explicá-los.

Para contar os eventos do mundo, a televisão primeiramente *seleciona*. Ela o faz em função de três critérios: tempo, espaço, acidente. O *tempo*, primeiramente, ou, mais exatamente, a maneira de produzir o tempo, uma vez que o tempo só se impõe ao homem por meio do filtro do imaginário que estabelece, e para as mídias, o tempo é aquele da urgência: o evento é produzido no mundo, e ele deve ser convertido em notícia o mais rápido possível. Subitamente, a informação que daí resulta só pode ser efêmera e a-histórica. O *espaço*, em seguida, considerado num antagonismo entre dois imaginários: aquele do *território* e aquele do *planeta*. O território, símbolo da força conservadora de campanário que enterra as raízes da identidade bem profundamente na terra dos ancestrais, da família, dos vizinhos, dos amigos, das relações íntimas; o planeta, símbolo do desejo de expansão rumo a outros horizontes de vida, de campos de ação, daquilo que é diferente, longínquo e exótico. O *acidente*, enfim, mas o acidente compreendido como sintoma dos dramas humanos, e, entre eles, os que se caracterizam pelo “insólito” que desafia as normas da lógica, o “enorme” que ultrapassa as normas da quantidade, o “repetitivo” que transforma o aleatório em fatalidade; o “acaso” que faz coincidir duas lógicas estrangeiras uma a outra, o “trágico” que descreve o conflito entre paixão e razão, o “horror”, enfim, que conjuga exacerbação do espetáculo da morte e frieza do processo de extermínio. Assim, a televisão seleciona aquilo que participa da “desordem do mundo”.

Selecionados tais eventos, a televisão os relata a partir de um *cenário dramático* que consiste em (i) mostrar a desordem social com suas vítimas e seus perseguidores; (ii) convocar a reparação do mal, interpelando os responsáveis desse mundo; (iii) anunciar a intervenção de um salvador, herói singular ou coletivo com o qual cada um pode se identificar. Evidentemente, segundo o momento no qual o evento é apreendido, o foco será mais dirigido às vítimas ou ao perseguidor, ou ainda ao salvador. Vimos esse procedimento na ocasião

da Guerra do Golfo, a televisão contribuindo sobremaneira com a fabricação de uma figura satânica do agressor na pessoa de Saddam Hussein e, em oposição, a imagem conveniente e eficaz do salvador (“guerra cirúrgica”), representada pelo exército americano-europeu (Fleury-Villate, 1992). Vimos igualmente isso ocorrer em ocasião da guerra na ex-Iugoslávia, quando a televisão foi progressivamente construindo a figura do perseguidor na pessoa de Milosevic e justificando por isso mesmo a intervenção salvadora da potência norte-americana¹. Por outro lado, os conflitos na Chechênia e em Ruanda, sem poder mencionar o perseguidor (um pouco da Rússia para a Chechênia, mas tratava-se de uma figura demasiado indeterminada), a televisão se concentrou nas vítimas, descrevendo a aflição da população que vivia nesse país. Quanto ao conflito israelo-palestino, o projetor televisivo se orienta ora para os perseguidores ora para as vítimas dos dois campos. Trata-se aí, de todo modo, de um cenário de dramatização do qual a televisão não é capaz de se esquivar, e que encontramos no tratamento de diferentes tipos de eventos: *esportivos*, considerados números de circo com seus super-homens, sua torcida violenta, seus casos de dopagem, as declarações ensurdecedoras de ambos os lados que provocam rivalidades e ódio; *políticos*, tratados por vezes como uma luta de boxe entre representantes de partidos opostos², por vezes como uma cena na qual os atores lançam inectivas uns aos outros, por vezes como uma perseguição policial em torno de casos de corrupção envolvendo homens da política; *sociais*, tratados ora sob o seu aspecto de combate jurídico (“caso do sangue contaminado”), ora pondo em evidência o sofrimento dos indivíduos (“a aids”). É verdade que esse cenário corresponde a um antigo esquema cristão da redenção, cujas raízes estão mergulhadas em mitos sacrificiais ainda mais antigos e que reaparecem sob diversas figuras de imaginários sociais próprios a cada cultura; é sem dúvida o que garante o sucesso desse tratamento da informação.

E, depois, há a *imagem*. A imagem televisiva, cuja totalidade de efeitos estamos longe de dominar, embora possamos localizar ao menos dois: o de “transparência” e o de “evocação”. Que acreditemos nisso ou não, não podemos escapar dessa impressão de transparência da imagem, sobretudo quando se trata de uma transmissão ao vivo. A imagem televisiva ofereceria a realidade tal qual ela existe, em toda a sua autenticidade: essa mulher que vejo na imagem e que chora a morte de seu filho é real; esses cadáveres exibidos dentro de uma fossa são reais (Timisoara?); essa criança palestina que morre diante de meus olhos é real; esses soldados israelitas que são defenestrados são reais. Podemos contestar essa transparência, mas é difícil ir contra a corrente popular, da qual somos todos uma parte interessada: a imagem reproduz fielmente a realidade. Mas a imagem produz igualmente um efeito de *evocação*. Ela de-

1. Cf. Charaudeau et al. (2001).

2. Lembrando que P. Amar recebeu agradecimentos da France 2 por ter tirado suas luvas de boxe em ocasião da disputa Tapie-Le Pen.

D

A televisão é capaz de informar?

sencadeia, em nossa memória pessoal e coletiva, lembranças de experiências vividas na forma de outras imagens: tal imagem de reféns de uma guerrilha nas profundezas da floresta tropical despertará em mim imagens de outras tomadas de reféns, das quais fui testemunha direta ou não; tal imagem de pessoas desnutridas, atrás de cercas de arame farpado, despertará em mim a lembrança dos campos de concentração nazistas, ainda que eu não os tenha conhecido; uma outra imagem de populações caminhando em estradas me transportará a outras imagens de êxodo e de exílio. Esse poder de evocação da imagem perturba seu efeito de transparência, pois vemos que interpretamos e sentimos a partir de nossa própria história individual e coletiva. É por isso que, do ponto de vista da transposição em imagem, não se pode dizer que “uma morte vale uma morte”. Se eu a contemplar como telespectador tocado pelo evento ou não, partidário de tal ou tal campo, próximo ou não da vítima; se eu ver essa morte como um resultado ou em seu desenrolar, através de um plano de conjunto que mostra cadáveres, em *close*, ou até em plano próximo de uma face atormentada, a morte não produz o mesmo efeito e não tem o mesmo sentido. Esta, na televisão, depende ao mesmo tempo da encenação visual e de quem sou, na posição de telespectador. É assim que a morte do pequeno garoto palestino não pode equivaler àquela dos dois soldados israelenses linchados e defenestrados. O garoto participa de um imaginário social mais ou menos universal de pureza e de inocência, do qual não compartilha o adulto. No mais, vimos essa criança amedrontada, amontoada contra o seu pai, ainda viva; depois, subitamente morta; enquanto, no que concerne aos soldados israelenses, vimos apenas um corpo cair ao longe, e os seus torturadores, sob a aparência de um homem exibindo as mãos manchadas de sangue, de um sangue sacrificial. A imagem é ao mesmo tempo um testemunho difratado da realidade e um espelho de nós mesmos. Talvez seria preciso dizer: um testemunho difratado porque é espelho de nós mesmos.

Nessas condições, resta perguntar-se se a televisão é, como se diz por vezes, um instrumento de dominação da opinião pública. Afirmá-lo supõe duas coisas. De um lado, que a televisão esteja inteiramente nas mãos de uma entidade única, que obtenha todo o poder para submeter à sua vontade todas as televisões, que elas sejam públicas ou privadas, para inculcar no mundo uma única visão do mundo, um pensamento único. É verdade que alguns argumentam nesse sentido, assinalando os Estados Unidos da América como os únicos responsáveis por tal empreitada³. Por outro lado, isso supõe que toda a informação que saia da televisão tenha um impacto imediato e real sobre a opinião pública, conduzindo-a numa direção determinada. Que prova temos, e o que sabemos sobre a opinião pública? Que – isso já foi dito – se trata

3. O que teria lhes permitido, diga-se de passagem, decidir sobre a intervenção armada em Kosovo.

de uma construção artificial obtida com o auxílio de instrumentos de medida forçosamente falhos, aplicados em amostras da população, para avaliar opiniões simples em termos de sim ou não, apreciações favoráveis ou desfavoráveis, a favor ou contra alguém ou alguma coisa, a fim de recolher porcentagens e concluir sobre o estado dessas apreciações ou sobre sua evolução. Tantos resultados que representam o papel de indicador de alguma coisa, sem que saibamos exatamente que coisa é essa. Mas o que importa para as mídias é interpretar esses resultados de maneira essencialista. Ao menos, dá-se a ideia de que cada categoria de apreciação ou de opinião corresponde a uma parte da população: 48% dos franceses, tendo respondido a um questionário, dizem que são favoráveis a uma intervenção militar no país, e isso é apresentado como se um grupo homogêneo de franceses, que representariam quase a metade da população francesa, se confundisse com essa opinião, se tornasse essa opinião, se tornasse essa “essência opinativa”.

A essa concepção comercial da opinião podemos opor uma outra. A opinião pública é um conceito que representa uma realidade plural. Por um lado, ela é fragmentada em comunidades de tamanho e de consistência variáveis: comunidades étnicas, religiosas, linguísticas, regionais, nacionais, supranacionais; grupos sociais de idade, de sexo, de classes sociais e de meios profissionais diferentes; de engajamento variável na vida comunitária, de tomada de partido distinta. Assim, cada uma dessas comunidades constitui sua identidade e vê o mundo por meio de seus próprios sistemas de crença. E, o que não simplifica as coisas, algumas dessas comunidades entram em contato umas com as outras, modificando a longo prazo os valores que defendem⁴. Por outro lado, supõe-se que a opinião represente uma certa massa. Ora, quanto mais essa massa é importante, tanto menos a opinião será refletida, e mais ela se deixará levar pelo que a impressiona. Enfim, a opinião se constrói sempre em situação. A televisão é uma dessas situações que colocam o telespectador, caleidoscópio de opiniões, numa dupla posição de “espectador do mundo” e de “espectador da televisão”. No primeiro caso, é face a esse mundo que lhe é mostrado sem que ele possa tocá-lo, mas no qual ele pode se projetar e viver à sua maneira os dramas que se arranjam, na empatia ou na revolta, sem que se saiba que relação de fascínio ou indiferença se estabelece entre eles. Nessa posição, o telespectador tem a impressão de se apropriar do mundo a partir do ponto de vista de seu próprio lar, de participar por emoção interposta, e ao mesmo tempo de partilhar com os outros. No segundo caso, como espectador da televisão, ele está face à tela, confortavelmente sentado, fora dos dramas do mundo. Ele se encontra “à distância” desse espetáculo, pode sentir nele um prazer (com frequência inconfesso) de “voyeur”, ou mesmo convocar as suas

4. Podemos lembrar os diferentes papéis no *Le Monde* dos judeus e dos palestinos recusando se reconhecer em descrições e as intenções que foram atribuídas às duas comunidades.

D

A televisão é capaz de informar?

5. Cf. Charaudeau (2000).

faculdades de avaliação para julgar os fatos do mundo e sua encenação. Nessa posição, ele pode representar seu papel de cidadão, se interrogar enquanto “moralista”⁵ e forjar uma opinião. O telespectador, então, mantém o mundo à distância e o julga a partir do ponto de vista de seu próprio lar. Vemos a situação contraditória na qual ele se encontra: projeta-se nos dramas do mundo e, ao mesmo tempo, se mantém à distância de seu espetáculo; ele pode sentir alegrias e sofrimentos e, ao mesmo tempo, julgá-los. Portanto, como falar de manipulação da opinião com um telespectador que está tomado e dilacerado entre suas pulsões e sua racionalidade?

Então, o que fazer e, sobretudo, o que pensar dessa máquina que teria o desejo de informar e não poderia fazê-lo senão por um jogo de espelhos deformadores? Não muito, dirão alguns, tanto as implicações econômicas são dominantes. Talvez. Mas talvez também poderíamos ter um *direito de olhar cidadão*. Exigir dos atores dessa máquina que eles tenham consciência daquilo que fazem, de modo que as escolhas que operem os engajem como responsáveis por aquilo que fazem. Possuir o direito de olhar é por exemplo não aceitar o argumento, ouvido milhares de vezes, que diz “a informação se fabrica rápido, muito rápido”. Por mais rápido que a tarefa seja executada, operamos escolhas, e essas escolhas significam. É igualmente não aceitar esse outro argumento que diz: “Mostra-se a realidade tal qual ela chega [...]. Não é a televisão que é violenta, é a realidade”⁶. Em matéria de informação, só há violência mostrada e, portanto, ela depende do recorte que a mostra. É também recusar a exacerbação das oposições “essencialistas”, como se o mundo fosse feito somente de entidades humanas antagonistas, fora das quais não haveria outro pensamento nem outro julgamento que o *contra o outro*. E depois, talvez, lembrar esses atores de que se o seu papel de integrante do debate democrático, por mais glorioso que seja, é importante, mas eles não podem considerar a si mesmos como uma consciência moral, pois esta se fabrica numa misteriosa mescla entre pequenas e grandes coisas da vida em sociedade. Sem ofensa a alguns, nem as mídias em geral nem a televisão em particular são um poder. Elas participam do jogo complexo do poder, mas elas só são um lugar de saber e de mediação social indispensável à constituição de uma consciência cidadã, o que já é alguma coisa. ■

6. Um jornalista a propósito da sequência do pequeno garoto palestino morto em transmissão ao vivo.

REFERÊNCIAS

CHARAUDEAU, P. La pathémisation à la télévision comme stratégie d'authenticité. In: PLANTIN, C. et al. (Ed.). *Les émotions dans les interactions*. Lyon, França: Presses Universitaires de Lyon, 2000. p. 125-155.

CHARAUDEAU, P. et al. *La télévision et la guerre: deformation ou construction de la réalité? Le conflit en Bosnie (1990-1994)*. Bruxelles: INA-De Boeck Université, 2001.

FLEURY-VILLATE, B. (Ed.). *Les médias et la guerre du Golfe*. Nancy: Presses Universitaires de Nancy, 1992.

Artigo recebido em 07 de junho de 2016 e aprovado em 29 de junho de 2016.